



Fotos: Ricardo Borges



Francisco de Oliveira e Marina Barbosa discursam na Plenária de Abertura do evento

Unidade, luta e resistência para barrar as reformas

A Plenária de Abertura do 49º CONAD foi emblemática. A participação de ex-presidentes do ANDES-SN simbolizou a trajetória de luta do Sindicato Nacional, neste momento de ataques à entidade.

Os participantes da Mesa reafirmaram a linha política adotada pela atual

Diretoria do ANDES-SN.

O desafio colocado para o Movimento Docente é construir a unidade em torno da defesa da universidade pública e gratuita.

Para o professor Francisco de Oliveira, um dos oradores da solenidade de abertura, a atual conjuntura precisa de respostas rápidas. “Qual é a resposta do governo? Em vez de escancarar as portas da universidade pública, apresenta o Prouni, transformando o Brasil no paraíso da desigualdade”, afirmou.

O professor disse que a universidade pública é onde se produz conhecimento novo, que não é transformado em mercadoria, ou seja, é para benefício da sociedade. Na contramão, o capital se move transformando esse conhecimento a serviço de grupos privados. “A universidade pública faz o contrário, pois tem papel democrático, insubstituível na sociedade brasileira”, acrescentou.

A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa, enfatizou o objetivo do governo com suas reformas: dividir e fragilizar os trabalhadores. “Ficou claro para nós que no processo de negociação com o governo houve um total desrespeito à categoria”, afirmou. Marina Barbosa cita como exemplo a edição da MP que manteve o caráter produtivista das gratificações

na questão do reajuste salarial; o abandono das mesas de negociação e substituição por grupos de trabalho, onde o governo é quem manda.

“Quem é forte baseia as suas ações na prática, não na canetada. Isso é arrogância”, afirmou a presidente do ANDES-SN.

Marina Barbosa acrescentou: “São tempos difíceis, duros. Mas o nosso papel não é qualquer papel. Estamos avançando e temos como desafio estarmos voltados para garantir a Marcha do Dia 25 e encontrar, no CONAD, mecanismos para lutar contra essa Reforma Universitária”.

A luta é de todos

O ex-presidente do ANDES-SN, Osvaldo Maciel, um dos fundadores do Sindicato, enfatizou a necessidade de o Movimento Docente manter-se unido. Maciel afirmou estar renovado para a luta.

Para o presidente da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), Rodrigo Dantas, “é preciso formar uma articulação de forças políticas para combater as reformas. Lula não foi eleito para ameaçar o direito de greve ou para fazer essa Reforma Universitária. Acredito que, na resistência, nós vamos unir todas as entidades e sujeitos do processo. O ANDES-SN tem papel fundamental nessa resistência”.



Rumos da organização sindical brasileira

Participantes do debate rejeitam proposta do governo e apostam na unidade dos trabalhadores para barrar a reforma sindical

Foto: André Barreto



Márcio de Oliveira, secretário-geral do ANDES-SN, e Eduardo Alves, assessor da Condsef, foram os palestrantes do seminário

No dia 4 de novembro, antecedendo as atividades do 49º CONAD, o GTPFS do ANDES-SN promoveu o seminário “Rumos da Organização Sindical Brasileira”, em Brasília.

O 1º vice-presidente do Sindicato Nacional, Paulo Rizzo, destacou na abertura dos trabalhos o papel do ANDES-SN no momento em que é preciso aprofundar o debate sobre a reforma sindical. “Qual é o nosso lugar? O ANDES-SN tem feito um enorme esforço para construir a sua unidade em torno da independência sindical, fato que tem sido atacado”, disse. Paulo Rizzo explicou que existem novas formas de peleguismo, ou seja, “pessoas a serviço do patrão exercendo no Movimento Sindical o papel de freio e de desmobilizador dos trabalhadores e de suas lutas. O ANDES-SN sofre ataques do governo federal, que não aceita a sua independência, procurando dividi-lo” Ao final, Paulo Rizzo enfatizou que “o CONAD é o momento de reafirmar a unidade do Movimento Docente”.

Eduardo Alves, assessor da Condsef e um dos palestrantes do seminário, lembrou que a reforma preconizada pelo governo traz o conceito de pluralidade sindical, “o que é totalmente diferente de liberdade sindical”. Na prática, o Estado poderia autorizar o funcionamento de mais de um sindicato sobre a mesma base. Além disso, destacou Eduardo, o governo defende a imposição para manter a exclusividade de representação, ou seja, o sindicato terá que incorporar uma espécie de estatuto mínimo ditado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para poder funcionar. “Isso, na verdade, representa o controle do sindicato pelo Estado. Essa postura é endossada pela CUT e pelas

outras seis maiores centrais no Fórum Nacional do Trabalho”, disse.

O segundo palestrante do seminário, o secretário-geral do ANDES-SN, Márcio de Oliveira, historiou a construção do Sindicato Nacional, lembrando momentos marcantes, como o processo de discussão sobre qual central sindical o ANDES-SN iria se filiar. Márcio disse que a entrada do Sindicato Nacional na CUT, em 1989, deveu-se ao caráter classista, autônomo e livre do Estado que a Central apresentava. “Hoje, a CUT passa da horizontalidade, entre outras questões mais sérias, para um modelo bastante distinto daquele que abraçamos há quinze anos”, analisou.

Grupos - Para discutir a proposta do Projeto de Lei e a PEC da Reforma Sindical – que estão em análise na Casa Civil – os participantes do seminário foram divididos em dois grupos. Ambos rejeitaram o conteúdo dos documentos por considerá-los instrumentos que impedem a organização dos trabalhadores e a construção de seus mecanismos de luta.

Os grupos também indicaram a necessidade de ampliar o debate sobre a reforma sindical, tanto para os docentes no interior das universidades, quanto para os demais trabalhadores, sejam da iniciativa privada ou da área pública. A idéia é elaborar um conjunto de documentos que trate de pontos específicos do projeto do governo, fazendo a relação entre o que está proposto na Reforma Sindical com as suas conseqüências na Reforma Trabalhista. No mesmo sentido, explicar a articulação da Reforma Universitária com as demais reformas.

Plenária Inicial aponta para a unidade do Movimento Docente

Foto: Ricardo Borges



O presidente da ADUNESP, Milton Vieira, rebateu o Texto 2 do Caderno de Textos do 49º CONAD. Esse texto considera fracassadas as greves nas IFES e nas estaduais paulistas em 2004. Milton ressaltou que os autores do texto sequer apareçam na Plenária para defender as suas opiniões. “Faço greve, logo, não desisto”, destacou.

A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa, apresentou o texto da Diretoria do ANDES-SN na Plenária Inicial. O texto faz observações sobre o cenário internacional; aborda ações do imperialismo, como superexploração do trabalho e a clássica intervenção bélica como forma de resolução da crise do capital.

No cenário nacional, chama a atenção para a subordinação do Brasil à ordem mundial, na medida em que o governo tenta construir formas de viabilizar as reformas constitucionais. Para tanto, o governo não mede esforços, utiliza-se da cooptação e do fortalecimento de métodos autoritários, como a edição de sucessivas medidas provisórias. “As reformas, em nome de uma inclusão, acentuam o seu oposto: a manutenção da miséria como elemento básico da vida das classes trabalhadoras.”

O texto da Diretoria critica também a articulação que o governo faz com setores conservadores da sociedade.

Outros textos e o debate da Plenária fortaleceram a linha da unidade para barrar as reformas universitária, sindical e trabalhista, que objetivam a privatização da educação pública, o enfraquecimento das organizações sindicais e a flexibilização da legislação trabalhista.

A red poster with white text. At the top, it says '25 de novembro' in large font, followed by 'Marcha Nacional'. Below that, it reads 'Vamos Barrar Essa Reforma Universitária!' and 'Universidade Pública, Direito de Todos!'. The background shows a crowd of people holding banners, with one banner clearly visible that says 'FUTURO - GREVE!'.

Números do 49º CONAD

Seções Sindicais: 61

Secretaria Regional: 1

Delegados: 57

Observadores: 92

EXPEDIENTE

Diretora responsável: Milena Martinez
Jornalistas: Luís André Barreto e Ricardo

Borges E-mail ANDES-SN:
secretaria@andes.org.br

E-mail
imprensa@andes.org.br

Site: www.andes.org.br

Redação:

Foto: André Barreto



Francisco de Oliveira: *Essa Reforma Universitária é antipopular*

Confira entrevista com Francisco de Oliveira, professor titular (aposentado) de Sociologia do Departamento de Sociologia da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), da USP, e coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania-Cenedic-USP

Qual é a importância de um evento como o CONAD no atual momento político do país?

Francisco de Oliveira - A importância se deve ao fato de enfrentarmos uma conjuntura em que os ataques às organizações de trabalhadores e a direitos fundamentais da classe trabalhadora vêm agora num novo envelope, que é a chamada reforma universitária. Um envelope que apresenta a reforma universitária como uma reforma para desfazer privilégios, democratizar a universidade. É um envelope de ressentimentos que existem na sociedade brasileira, porque, é claro, com as desigualdades abissais que o país tem, qualquer categoria como a de funcionários públicos, de docentes, que têm seus direitos garantidos, passa a parecer privilégio. O governo funda-se nesse ressentimento popular que existe para impor uma reforma que, na verdade, é antipopular. Essa reforma vem “envelopada” de argumentos pseudamente a favor do povo, mas, na verdade, é antipopular.

Essa reforma, portanto, representa uma grave ameaça às universidades públicas.

Francisco de Oliveira - Sim, já está em marcha um desmonte da universidade pública. Essa medida provisória que institui o Prouni e que abriu, segundo os jornais, 75 mil vagas no ensino privado destinadas a pessoas mais pobres, mais carentes, em troca de renúncia de impostos que essas empresas deveriam pagar já é parte da reforma universitária. A reforma não está apenas sendo pensada, já está sendo posta em prática, e de forma fatiada, para poder quebrar a capacidade de resistência dos movimentos do ANDES-SN e das várias associações de docentes que se opõem à reforma universitária.

O Sr. avalia que há uma crise de representação política no país, haja vista essa guinada à direita do PT, partido que o senhor ajudou a fundar?

Francisco de Oliveira - Ajudei a fundar mas já saí, há bastante tempo. Mas não me arrependo de ter saído, porque o PT foi para a direita. Essas eleições municipais deram uma certa resposta a essa “direitização” do PT. Seria salutar que o PT fizesse uma reflexão sobre suas derrotas, embora não acredite que o faça, porque sempre encontrará falsas respostas. Mas esse resultado mostrou claramente que uma parte do eleitorado não acredita mais no PT. Isso é grave. O PT não é um partido qualquer. O PT formou-se como resultado da luta de resistência contra a ditadura militar, recolhendo várias forças sociais que finalmente transformaram-se num partido. A perda dessa longa e penosa

acumulação de forças o povo brasileiro vai pagar caro. As derrotas do PT nas eleições foram uma espécie de punição. Mas, paradoxalmente, em muitas cidades importantes o ganhador foi o PSDB. A direção nacional do PT, que assumiu a responsabilidade pela condução da campanha em diversas cidades, fez o milagre de ressuscitar um morto. O PSDB não conseguia fazer oposição, simplesmente porque o governo Lula está seguindo a mesma política econômica (de FHC).

O Sr. acredita então que o povo está à procura de um partido de oposição, que há espaço para o surgimento de um novo partido de esquerda?

Francisco de Oliveira - Não sei se há espaço para o surgimento de um novo partido de massa e poderoso como o PT tornou-se. Esse é um processo muito longo. O PT formou-se numa conjuntura em que lutávamos contra a ditadura, em que todo o país pedia a redemocratização, em que forças políticas que haviam sido derrotadas nas organizações armadas ainda tinham muito a dar, em que uma teologia da libertação havia animado novas bases da igreja. É nessa conjuntura que se forma o PT. Isso não se repete assim facilmente. Novos partidos, como o PSOL, ou o fortalecimento do PSTU, são necessários para, no terreno da organização política, enfrentar o PT. Mas não é visível que, a curto prazo, transformem-se em grandes organiza-

ções partidárias. Não diria que o povo está à procura de um novo partido de esquerda. Mesmo porque, não existe isso de procura, o que existe é de criação. Se setores da sociedade forem capazes de fazer novos partidos com esse perfil, certamente terão espaço político. Mas as eleições ainda não respondem completamente a essa incógnita.

Na sua avaliação, de que forma a classe trabalhadora deve lutar para fazer frente às reformas neoliberais do governo Lula?

Francisco de Oliveira - É preciso lutar em todas as frentes. Não há nenhuma que deva ser privilegiada. Esse ataque neoliberal, a continuidade da política neoliberal por outros meios, dá-se de todas as formas. Utiliza-se das reformas Universitária, Sindical e Trabalhista, além da manutenção básica da política econômica. A isso, os movimentos populares, os setores organizados da classe trabalhadora devem responder abrindo frentes de luta em todos os locais, porque é difícil hoje armar um movimento único e solidificado. É preciso enfrentar o adversário em cada terreno onde ele se apresenta.

A reforma não está apenas sendo pensada, já está sendo posta em prática, e de forma fatiada, para poder quebrar a capacidade de resistência dos movimentos do ANDES-SN e das várias associações de docentes